

Transformando desde as margens: Uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano

Transforming from the margins: A proposal for mapping Latin American critical feminist social thought

Joana Emmerick Seabra

Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ). Especializanda em Políticas Públicas e Cultura de Direitos no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ). Pesquisadora no Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e integrante do Comitê Popular de Mulheres da Zona Oeste. E-mail: jemmerick@gmail.com.

Mariana Prandini Assis

Advogada (UFMG), Mestra em Ciência Política (UFMG), Master of Philosophy in Politics (New School for Social Research) e PhD Candidate in Politics (New School for Social Research). Foi bolsista da CAPES/Fulbright e da American Association for University Women. Hoje, é pesquisadora colaboradora júnior do Instituto de Política (UnB), e integra o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular. E-mail: marianaprandini@gmail.com.

Artigo recebido em 19/02/2016 e aceito em 23/02/2016.

Resumo

Valendo-nos do conceito de feminismo como “campo discursivo de ação”, postulamos que o pensamento crítico feminista é uma parte constitutiva desse campo na América Latina. E, por meio de elementos da cartografia, propomos um mapeamento de como esse pensamento intervém, constrói, se relaciona, enfim, habita o 'campo feminista', ressaltando suas contribuições para o próprio campo e, particularmente, para o pensamento social crítico latino-americano. Argumentamos que essa proposta não apenas contribui para se pensarem alternativas no contexto de crise capitalista que vivemos, mas também torna visível a contribuição feminista para a "criticidade" do pensamento crítico latino-americano.

Palavras-chave: Campo discursivo de ação; Pensamento crítico feminista; Mapeamento.

Abstract

Adopting the concept of feminism as a “discursive field of action”, we claim that feminist critical thought is a constitutive portion of this field in Latin America. By using cartographical elements, we propose a map of how this tradition of thought intervenes, builds, relates, in sum, inhabits the ‘feminist field’, highlighting its contributions to the field itself and, particularly, to Latin American critical social thought. We argue that this project not only contributes to envisioning alternatives in the context of capitalist crisis we live in, but also to make visible the feminist contribution to the “critical content” of Latin American critical thought.

Key words: Discursive field of action; Feminist critical thought; Mapping.

Introdução

Vivemos um período de profunda crise do capitalismo¹ (FRASER 2013, 2014). O característico impulso neoliberal de ampliar e desregular mercados está dizimando os modos de vida de bilhões de pessoas, aprofundando os níveis de desigualdade social em todo mundo, dismantelandos famílias e comunidades, fissurando laços de solidariedade, apoio e resistência, e destruindo a natureza. Esse processo devastador vem acompanhado da comodificação crescente dos recursos naturais, do trabalho humano e do dinheiro, por exemplo, com a invenção de cotas de emissão de gás carbônico, o desenvolvimento e comércio de produtos biotecnológicos, derivativos financeiros, e serviços de provimento do trabalho reprodutivo do cuidado. Como argumenta Nancy Fraser (2013, 119), "o neoliberalismo ameaça agora [...] erodir as próprias bases de que o capitalismo depende", quais sejam os pressupostos políticos, simbólicos, naturais e humanos que permitem a sua reprodução. Essa crise, embora muitas vezes tratada como unidimensional, constitui, em verdade, um complexo de crise (FRASER 2013), que abarca múltiplas dimensões - política/de legitimação, econômico/financeira, social/reprodutiva, e ecológica (FRASER 2013, 2014).

Os impactos dessa crise se fazem sentir de modo ainda mais profundo, e perverso, nas regiões periféricas do mundo. A América Latina, mais especificamente, se viu sob o jugo, nos anos 80 e 90, dos programas de ajustes estruturais do Fundo Monetário Internacional que, orientados pela lógica do mercado, prometiam alcançar um ajuste externo, controlar a hiperinflação e

¹ Seguindo Fraser (2014: 66-67), entendemos o capitalismo como "uma ordem social institucionalizada", constituída a partir de três grandes separações institucionais, quais sejam, entre 'produção econômica' e 'reprodução social', entre 'economia' e 'política' e, finalmente, "uma divisão ontológica, pré-existente mas massivamente intensificada, entre o seu pano-de-fundo 'natural' (não humano) e seu (aparentemente não natural) primeiro plano 'humano' [...]. Falar do capitalismo como uma ordem social institucionalizada, baseada em tais separações, significa sugerir a sua imbricação não acidental, estrutural, com a opressão de gênero, dominação política - tanto nacional e transnacional, colonial e pós-colonial - e degradação ecológica [...]."

disciplinar o setor público. Em termos mais concretos, essa primeira fase neoliberal correspondeu a um drástico corte dos gastos públicos com as políticas de bem-estar já praticamente inexistentes na região, à privatização de empresas e serviços públicos, e à redução de investimentos públicos em setores fundamentais, como educação, produção energética e infraestrutura. Somadas, essas transformações produziram um aprofundamento da desigualdade social já característica do subcontinente, ampliando o número de pessoas nas camadas mais empobrecidas da população, e concentrando o controle da riqueza e dos recursos produtivos nas mãos de poucos.

Os anos 2000 marcaram o início de um processo de mudança. Na verdade, a vitória esmagadora de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, é considerada o marco inicial de um novo período na região, conhecido como a "*onda rosa*" (SPRONK 2008). A partir desse evento inaugural, seguiram-se eleições de governos de esquerda e centro-esquerda na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Bolívia, Equador e, mais recentemente, Nicarágua e Guatemala. Tais governos foram alçados ao poder com plataformas que prometiam reduzir a pobreza e a desigualdade social, bem como reconstruir a capacidade de investimento e intervenção social do estado com vistas a reverter os profundos danos causados por duas décadas de ajuste neoliberal (SPRONK 2008: 174). Suas eleições eram vistas, já no fim da década de 2000, como uma forte sinalização do declínio da hegemonia neoliberal na América Latina.

Contudo, e ainda que correndo o risco de fazermos uma análise apressada, pode-se dizer que vários desses governos fracassaram em promover mudanças estruturais no capitalismo que de fato alterassem a rota rumo a um novo sistema. Além disso, muitos deles implementaram políticas de desenvolvimento extrativistas que contribuíram para o aprofundamento do complexo de crise - política, ecológica, social - em que vivemos hoje. Ainda mais preocupante, a região passa por um período de retrocessos significativos, que colocam em cheque alternativas emancipatórias históricas. Não apenas os

partidos de esquerda e centro-esquerda vêm perdendo espaço no âmbito da política institucional, mas discursos e grupos de direita, com pautas explicitamente alinhadas a princípios neoliberais, vem ganhando, paulatinamente, mais acesso ao microfone público, apoio popular e posições nas estruturas de poder. Trata-se, assim, de conjunturas complexas que mudam em alta velocidade; transformações marcadas pela radicalização da exclusão social e erupção de novas contradições culturais, econômicas e políticas. E essas se entrelaçam com mudanças significativas na ação social, que apresenta novas expressões espaço-temporais (RIBEIRO, 2005, RIBEIRO *et. al.*, 2001).

Em períodos de crise como o presente, aquela/es comprometida/os com a transformação social devem buscar apoio em propostas e alternativas críticas, capazes de oferecer, se não modelos, ao menos elementos que nos permitam vislumbrar um horizonte de saídas emancipatórias. O que nos impõe, nas ciências sociais, forjar teorias que deem conta de tamanha complexidade, mas que também se orientem para a transformação das realidades diagnosticadas. Isso porque, quando olhamos para os espaços de produção do conhecimento na América Latina e, especialmente, para as universidades, observamos que o ‘pensamento único’, como expressão ideológica neoliberal, avançou a passos largos, particularmente na década de 1990, produzindo um *“refluxo do pensamento crítico e criativo e de despolitização da atividade acadêmica, proporcionado, primeiro, pelas ditaduras militares”* (BRINGEL, VERSIANI, s/d: 4). Como consequência, enfrentamos hoje o tecnicismo, o discurso da eficácia, o produtivismo e os pressupostos (neoliberais) de neutralidade, que achatam quaisquer esforços no sentido de desvelar alternativas à lógica atual.

Em tal contexto, a abertura para novas e velhas propostas epistemológicas e métodos de pesquisa faz-se mister para avançarmos com outras leituras, aprendendo desde a prática e também a partir de outros saberes e visões de mundo (RIBEIRO 2005). Caminhos vêm sendo pensados por distinta/os autora/os para o fortalecimento e a renovação do pensamento social crítico na

América Latina. A articulação entre teoria crítica e teoria dos movimentos sociais (BRINGEL, DOMINGUES, s/d) e a aprendizagem das experiências das sociedades periféricas latino-americanas para a construção de um pensamento social de maior complexidade (RIBEIRO, 2005) são algumas das abordagens que parecem convergir no compromisso da conexão entre teoria e prática e na proposição de epistemologias críticas que indiquem caminhos ético-políticos e teórico-metodológicos de pesquisa e ação (BRINGEL, VERSIANI, s/d).

Argumentamos que o campo dos feminismos latino-americanos se insere nesse contexto, constituindo um espaço profícuo de produção de alternativas ao complexo de crise que diagnosticamos, alternativas essas que, profundamente críticas ao *status quo*, buscam sua transformação. Trata-se de práticas teórico-políticas que constituem verdadeiros lócus de esperança, pois impulsionam o pensamento social regional ao trazer à tona a complexidade² da prática e necessidade da análise crítica. Mas apesar de historicamente aportarem importantes contribuições nessa produção e reprodução de conhecimentos, os feminismos permanecem marginalizados no âmbito mais amplo do nosso fazer acadêmico³.

Assumindo uma postura contrária a essa marginalização, propomos o mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano a partir de uma reflexão teórico-metodológica sobre caminhos de pesquisa militante⁴, desde

² Ana Clara Torres Ribeiro ampara-se na análise de Morin (1996) para indicar a potencialidade do pensamento complexo como aquele que diferencia e junta, isto é, para ela, “*o pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações*” (RIBEIRO 2000: 15)

³ Na apresentação à publicação *Femismo y Cambio Social en America Latina*, Alba Carosio coloca a questão: “*En el contexto del pensamiento antihegemónico, el pensamiento feminista ha producido una teoría crítica que demuestra que los rostros de la dominación son múltiples, y por lo tanto deben ser diversas las formas y los agentes de resistencia a ellos. (...) Sin embargo, las necesidades y propuestas feministas son poco comprendidas y frecuentemente postergadas, y aún hoy impugnadas por relatos utópicos que dejan intacto el patriarcado, y se niegan a comprender su articulación vital con el capitalismo, el racismo y el imperialismo*” (CAROSIO 2012: 10).

⁴ Sobre a definição de pesquisa militante, Bringel e Versiani (s/d: 1) apontam que “*esta é entendida como um espaço amplo de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadores, comunidades organizadas, movimentos sociais e organizações políticas, em espaços formais ou não de ensino, de pesquisa e extensão*”.

nosso agir e viver feminista. Militante, pois se orienta por uma ética-política preocupada em avançar com ferramentas de entendimento e conexão do existente, evidenciando a multiplicidade de sujeitos e vozes insurgentes que conformam verdadeiros territórios de resistências práticas teórico-políticas⁵ feministas latino-americanas. Buscamos assim sugerir dimensões de mapeamento que não apenas tornem visíveis as contribuições feministas para o avanço e aprofundamento do pensamento crítico na região, mas que também apontem os seus principais aportes teórico-epistemológicos, os seus questionamentos e a sua diversidade constitutiva.

Como indica a feminista Sônia Alvarez (2014: 15), *"como e onde 'buscamos' o feminismo 'em movimento', inevitavelmente, informa o que conseguimos enxergar e, conseqüentemente, flexiona como podemos imaginá-lo, teorizá-lo, e portanto, praticá-lo."* Isso significa dizer que o modo a partir do qual olhamos para a realidade em grande medida determina o que somos capazes de ver e, conseqüentemente, limita o que podemos fazer a partir do que foi visto. Daí a importância de refletirmos sobre os nossos instrumentos de mapeamento. Ancorada naquela reflexão, Alvarez (2014) propõe um argumento teórico-epistemológico sobre a potencialidade de um conceito mais abrangente que o de 'movimento feminista', qual seja o de *"campo discursivo de ação feminista"*. Tal conceito não apenas dá conta do caráter diverso, plural, multifacetado e polifônico dos feminismos latino-americanos contemporâneos, como também da complexidade social atual, nesta fase de capitalismo neoliberal, em que se observa a multiplicação de tais campos e suas distintas gramáticas políticas (ALVAREZ 2014: 43).

O conceito de campo surge assim como potente ferramenta metodológica, que pode ainda ser desagregada com vistas à realização de pesquisas como a que propomos. Isso porque ele nos permite, a um só tempo,

⁵ Termo usado por Miñoso (2010) no prólogo à publicação *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*.

pontuar que (i) as intervenções do feminismo acadêmico são apenas um dos lócus de produção de conhecimento crítico no vasto campo dos feminismos latino-americanos; (ii) esse lócus específico – a academia – encontra-se em contínuo e profundo diálogo com outros polos de produção de pensamento crítico feminista na região e; (iii) ao situar-se no campo feminista, as acadêmicas e o pensamento social crítico por elas produzido intervém, constrói, se relaciona, enfim, habita o 'campo feminista', contribuindo assim para a constituição e transformações do próprio campo, mas também ressonando em outros campos movimentistas. Para desenvolver esse argumento, estabelecemos neste artigo um diálogo entre o conceito de "campo discursivo de ação" (ALVAREZ 2014), a proposta de cartografia da ação social (RIBEIRO 2001, 2005) e outras categorias e dimensões analíticas apreendidas a partir dos debates críticos e feministas atuais.

A potencialidade do mapeamento,⁶ enquanto método de apreensão de discursos, ideias e intervenções na realidade, é poder fazê-lo de forma espacializada, contribuindo para a localização, conexão e representação das práticas de apropriação territorial. Isto é, argumentamos aqui que também as práticas teórico-políticas são corpos-territórios e esperamos que esta proposta de investigação avance no sentido (i) de desvelar elementos que nos permitam identificar o lugar das práticas teórico-políticas nos distintos campos discursivos de ação feminista existentes para (ii) projetar a representação de tais campos desde a geopolítica do conhecimento e da prática política, contribuindo assim para a leitura da complexa conjuntura vigente na América Latina e das atuais dinâmicas de conformação de campos anti/contra-hegemônicos de (re)produção de alternativas societárias.

Nas seções seguintes, apresentamos, primeiro, o que significa entender os feminismos latino-americanos enquanto "campo discursivo de ação" e o lugar

⁶ Não será objetivo deste trabalho discorrer sobre as diferenças e aproximações entre propostas cartográficas e de mapeamento, temáticas trabalhadas por inúmeras/os autora/es na atualidade. Pelo mesmo, assumimos como inspiração a proposta da cartografia da ação social de Ana Clara Torres Ribeiro (2000, 2001, 2005) como será explicitado na seção correspondente.

do pensamento social feminista, produzido nos espaços acadêmicos, nesse grande campo. Em seguida, ancoradas nas contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro (2000, 2001, 2005), refletimos teórico-metodologicamente para desenvolver uma proposta de mapeamento que revele como os debates teóricos, metodológicos e epistemológicos produzidos pelas pensadoras feministas latino-americanas impactam não apenas o próprio campo, mas também o pensamento crítico regional, ao remeterem a (I) contextos, (II) lugares e (III) narrativas que nos permitem visualizar caminhos alternativos ao capitalismo patriarcal, racista, heteronormativo neoliberal.

1. Os feminismos latino-americanos como “campo discursivo de ação”

Um grande desafio para qualquer projeto de mapeamento das contribuições feministas latino-americanas é conceituar e situar historicamente o próprio feminismo, e o primeiro passo de um esforço nesse sentido é abordá-lo no plural, enquanto feminismos. Isso nos permite capturar a diversidade de perspectivas, sujeito/as e práticas que os conformam e caracterizam seus movimentos e fronteiras mais marcantes nos distintos períodos históricos. Mas ainda que o reconhecimento da diversidade constitutiva dos feminismos latino-americanos seja hoje um ponto incontroverso nos mais variados esforços de analisá-lo numa perspectiva histórica, permanece a dificuldade de concebê-los em termos de categorias analíticas.

A coletânea de artigos organizada por Jane S. Jaquette, ainda nos anos 1990, assume uma diferenciação, no contexto regional, entre movimentos de mulheres, ativistas feministas e feminismo, parecendo reservar a categoria “*movimento*” apenas para o primeiro, e entendendo o último como uma ampla plataforma política (JAQUETTE 1994). Virgínia Vargas, em análise produzida já no início do novo milênio, se vale de “*movimentos feministas*”, no plural, a fim de

denotar sua multiplicidade e diversidade, mas também usa apenas “*feminismos*”, como se fossem os dois (“*movimentos feministas*” e “*feminismos*”) sinônimos (VARGAS 2002). Francesca Gargallo, alguns anos mais tarde, sugere que entendamos o feminismo latino-americano como teoria política e filosofia prática, que se forja a partir de renovações dos imaginários das mulheres latino-americanas acerca do que significa ser mulher (GARGALLO 2007). Já Alba Carosio, em texto mais recente publicado em uma coletânea do CLACSO, fala do feminismo latino-americano contemporâneo como “*um movimento de descontentamento com o ‘cotidiano’ e com o ‘assim são as coisas’, que traz à luz a dominação e as relações de poder no pessoal e no privado [...] um movimento de oposição à opressão patriarcal, que é também fundamento da opressão social capitalista*” (CAROSIO 2009: 242-243). E há ainda abordagens que evitam adentrar esses debates e adotam categorias maleáveis, como a de María Luisa Femenías, que trata do feminismo latino-americano “*como contribuição original. ‘Original’ em seu duplo sentido: de ‘origem’ e de ‘originalidade’*” (FEMENÍAS 2007: 22). Com isso, a autora quer chamar atenção para o fato de que (i) há narrativas feministas autóctones no subcontinente desde que esse é designado enquanto tal, e (ii) o conteúdo dessas narrativas é inédito: elas são múltiplas, diversas e “*incluem desde o início transversalizações de etnia, classe, gênero, e religião, alheias em outros contextos*” (FEMENÍAS 2007: 24).

Em diálogo tanto com essa vasta literatura quanto com as teorias sobre movimentos sociais, já há algum tempo Sônia Alvarez vem propondo um debate acerca do próprio conceito de movimento feminista (ALVAREZ 1998), contestando a tipificação do feminismo latino-americano como um movimento social no sentido clássico da expressão⁷. E, mais do que isso, ela vem sugerindo a caracterização do feminismo latino-americano como “*um campo discursivo de*

⁷ Assim define a autora o sentido clássico de movimento social: “um sentido derivado das lutas sociais que se desenvolvem desde o fim de século 19 e que se reformula posteriormente com o paradigma dos ‘novos movimentos sociais’ nos anos 80, mas que em ambos os casos conota manifestações massivas nas ruas, mobilizações visíveis, palpáveis e constants etc.” (ALVAREZ 1998: 265)

atuação/ação” (ALVAREZ 1998). Em sua intervenção no final dos anos 1990, a autora estava interessada em mapear esse campo *“amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico, [...] que se estende para além das organizações ou grupos próprios do movimento, strictu senso”* (ALVAREZ 1998: 265), com vistas a revelar as disputas discursivas e estratégicas que nele se dão. Tratava-se de um período de profunda transformação do feminismo na América Latina, com a proliferação de ONGs e a incorporação dos discursos feministas por espaços, sujeitos e instituições antes inalcançáveis e/ou rejeitados. E essa caracterização como espaço discursivo, em que se dão embates comunicativos e de representações, é o que mais sobressai na primeira formulação de *“campo feminista”* oferecida por Alvarez.

Mais de uma década depois, Alvarez desenvolve uma abordagem ainda mais qualificada e pormenorizada do feminismo latino-americano enquanto *“campo discursivo de ação”*, agora oferecendo também uma análise mais detalhada de suas (re)configurações históricas. É certo que o conceito de *“campo”*, por seu grande potencial enquanto ferramenta metodológica nas ciências sociais, vem sendo desenvolvido a partir de diferentes perspectivas. Por exemplo, Gohn (1997) desenvolve a ideia de campo como espaço de conformação das forças sociais e Falero (2012) trata do campo de observação que possibilita a *“problematização da relação entre o que se pretende estudar e a totalidade societária”* (FALERO 2012: 17). De modo semelhante, Alvarez (2014) argumenta que os *“campos discursivos de ação são elementos permanentes das formações políticas na modernidade tardia/decolonial”* (ALVAREZ, 2014: 45) E, enquanto tais, são *“muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática”*; eles abarcam *“uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos”* (ALVAREZ 2014: 18). Dinâmicos, esses campos se configuram e reconfiguram historicamente, o que significa dizer que *“os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos,*

e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo" (ALVAREZ 2014: 18).

Além disso, esses campos se articulam (i) *“formal e informalmente, através de redes político-comunicativas - ou melhor, teias ou malhas – reticuladas”*; (ii) *“discursivamente através de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, mesmo que quase sempre disputadas, por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam”*, e (iii) *“por meio de um emaranhado de interlocuções”* (ALVAREZ 2014: 18-19). Desse modo, esses campos constituem espaços discursivos em que universos de significados:

se traduzem ou se (re)constróem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo. [...] esses espaços discursivos, *em si mesmos*, constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados. [...] o poder, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais também são elementos *constitutivos* do campo feminista." (ALVAREZ 2014: 18-19)

Isso quer dizer que, longe de meros repositórios de ideias, os campos discursivos de ação são espaços em que essas ideias são vividas, praticadas, corporificadas, o que ressalta o compromisso das sujeitas que os conformam com a ruptura entre teoria e prática. Dessa característica decorre também a fluidez dos campos, já que eles se reconfiguram como resultado de mudanças de alianças, disputas internas, e transformações nas coligações e conflitos com outros campos movimentistas. Em resumo, e segundo Alvarez (2014: 46), um campo discursivo de ação é formado pelos seguintes elementos: "1) *atoras/es mais ou menos visíveis, hegemônicos, marginalizados*; 2) *malhas/teias/redes articuladoras*; 3) *pontos nodais*; 4) *dimensões verticais, horizontais, e talvez densidade*; 5) *discursos*

definidores; 6) lutas interpretativas/conflitos constitutivos; e 7) paradoxos transformadores."

Acompanhamos assim o argumento de Alvarez de que a categoria “*campo discursivo de ação*” é hoje muito mais adequada para examinarmos os feminismos latino-americanos e suas capacidades de produção de contra-narrativas e de alternativas emancipatórias. De fato, a noção de campo não apenas nos remete imediatamente a algo vasto, diverso e disperso, aberto e, palpável, mas também requer pensar os múltiplos elementos que o compõem. Isto é, implica identificar esses diferentes elementos, traçar seus movimentos, conexões e relações, apreender os seus conteúdos, enfim, oferecer um mapa.⁸

Partindo desse pressuposto, propomos aqui olhar para uma porção específica desse campo, qual seja, a produção prático-teórica das pensadoras feministas latino-americanas, cientes de que, em uma porção do campo, não encontraremos ou esgotaremos todos os elementos elencados por Alvarez (2014) e reproduzidos acima. Em que pese essa constatação, entendemos ser essa porção não apenas uma parte fundamental do campo feminista latino-americano, mas também, e em grande medida, uma expressão dos próprios processos de constituição do campo, haja vista a relação intrínseca entre teoria e prática estabelecida pelas pensadoras feministas latino-americanas. Como sustentam Miñoso, Correal e Muñoz (2014: 18), o conhecimento produzido pelas feministas aqui guarda uma “*distancia con la mirada hegemónica sobre qué es conocimiento, ya que se reconoce que los movimientos sociales lo producen y hacerlo es una preocupación de orden político y un campo de batalla.*”

⁸ Sonia Alvarez (2014) oferece o seu próprio mapa, como assim o entendemos, propondo que o campo discursivo de ação feminista latino-americano passou por três momentos de constituição e desenvolvimento, historicamente relacionados com o contexto sócio-político regional mais amplo, incluídas aí as fases do neoliberalismo. Em cada um desses momentos, ela identifica a/os atora/es mais ou menos visíveis, as questões/temas em disputa, as alianças forjadas com outros campos e/ou movimentos, os conflitos internos e as contra-narrativas produzidas. Para fins deste artigo, não nos parece necessário resumir cada um desses momentos, mas apenas apreender que o campo não é estático, mas se (re)constrói historicamente.

Desse modo, elas não apenas rejeitam a postura de que há apenas uma forma de pensar e produzir conhecimento, mas também ancoram seu fazer acadêmico nas lutas concretas em que se encontram inseridas. Com esse movimento, as pensadoras feministas latino-americanas negam também a distinção sujeito-objeto e a ideia de que exista um sujeito universal. Assumindo uma postura disruptiva, afirmam a sua condição de sujeitas corporificadas que produzem conhecimento, trazendo consigo trajetórias, valores e formas de agir no e sobre o mundo.

E, por isso, propomos um diálogo que avance a ideia de “campos discursivos de ação” para, em sua configuração enquanto ferramenta analítica e de mapeamento, incorporar elementos buscados na cartografia que nos permitam reintroduzir as dimensões materiais da vida, da produção e da reprodução, da localização concreta da/os sujeita/os que produzem os substratos discursivos de que trata Alvarez (2014). Mais especificamente, sugerimos localizar alguns dos elementos constitutivos do “*campo feminista*”, olhando particularmente para o pensamento produzido na academia, em três dimensões que lhes conferirão essa concretude sócio-espacial: (I) contextos, (II) lugares e (III) narrativas. As questões materiais e corpóreas, dos lugares de onde viemos, onde vivemos e de onde falamos, das barreiras e fronteiras físicas que nos limitam, dos recursos a que temos acesso e aqueles que nos são negados, são parte integral dos feminismos latino-americanos.⁹ Ou seja, não é possível compreender os embates discursivos, as formações de redes/malhas comunicativas, a transmissão de conceitos, os pontos nodais de que fala Alvarez (2014), sem que também olhemos para as condições de vida e experiências concretas dos corpos-territórios a partir de onde surgem esses aparatos discursivos.

⁹ Sobre a importância do lugar de fala, Breny Mendonza nos ensina que “*la idea posmoderna y poscolonial de que la condición de la transnacionalidad y las tecnologías comunicativas globalizantes desterritorializan el conocimiento no debe llevarnos a pensar que nuestras posiciones como sujetos son intercambiables y reversibles sin importar nuestro locus de enunciación y nuestra diferencia colonial. Pensar que la teoría chicana articula la subalternidad de todo “lo latinoamericano” ofusca la materialidad, la territorialidad y la concreción de la diferencia de “lo latinoamericano” que se da en su localidad*”. (MENDONZA, 2010: 34)

Na seção seguinte, apresentamos mais detalhadamente as fontes que nos inspiraram nessa formulação bem como os subsídios fornecidos pelo pensamento feminista latino-americano para, então, propor como ele subverte o modo como pensamos e investigamos narrativas contra ou anti-hegemônicas.

2. Imaginando os “campos discursivos de ação” cartograficamente: Uma proposta de mapeamento das contribuições feministas latino-americanas para o pensamento crítico regional

A cartografia da ação social é uma proposta de método cartográfico, desenvolvida por Ana Clara Torres Ribeiro (2000, 2001, 2005)¹⁰, que traz elementos inspiradores para nossa reflexão teórico-metodológica sobre caminhos de pesquisa militante, desde nosso agir e viver feminista. Nas linhas que seguem, apresentaremos brevemente nosso entendimento sobre suas principais contribuições. Em seguida, inspiradas por e em analogia a ela, exporemos uma leitura livre de seus principais eixos, adicionando subsídios de outras abordagens provenientes dos feminismos latino-americanos, conformando nossa reflexão sobre caminhos para o mapeamento desses pensamentos desde uma perspectiva que articule experiência, corpo e conhecimento de forma ancorada na materialidade da vida imediata.

Ana Clara Torres Ribeiro *et. al.* (2001) analisam um cenário de intensas mudanças sociais e econômicas na América Latina, marcado especialmente pelo agravamento das condições de vida da população, mas também por alterações significativas nas formas de agir de antigos e novos sujeitos sociais e nas próprias orientações ideacionais da ação social (RIBEIRO *ET. AL.* 2001: 34). Para os autores, “*são essas mudanças que, juntamente com a crise estrutural, exigem o*

¹⁰ A referência RIBEIRO *ET. AL.* (2001) remete a texto produzido por Ana Clara Torres Ribeiro, Amélia Rosa Sá Barreto, Alice Lourenço, Laira Maul de Carvalho Costa e Luis César Peruci do Amaral. Por vezes remeteremos a Ana Clara Torres Ribeiro (2001) apenas, para não sobrecarregarmos a leitura.

reconhecimento da conflituosidade como horizonte transformador das ciências sociais” (RIBEIRO ET. AL. 2001: 34).

Há uma reflexão sistemática em seus trabalhos (2000, 2001, 2005) sobre os efeitos nefastos da hegemonia do capital financeiro na região, examinados desde distintos ângulos que perpassam a vida imediata, do campo às cidades. A autora observa como o processo de radicalização das contradições sociais não apenas quebra os anseios populares frente a promessas históricas de modernização em nossas sociedades periféricas, mas também potencializa a disputa entre projetos que destinem a orientação de recursos e sentidos da existência (RIBEIRO ET. AL. 2001, p. 35). Com isso, advoga pelo necessário reposicionamento teórico-conceitual, no campo das ciências sociais comprometidas com a transformação social, de forma que seja possível desvelar os meandros existentes entre a estrutura e a conjuntura em veloz mutação. Ou seja, segundo ela, torna-se cada vez mais necessário encontrar uma forma de relacionar tendências dos *“macrodestinos arranjados”* e suas expressões conjunturais, com as práticas e ações de *“múltiplos outros”* *“que fazem concretamente a vida e que (re)costuram, de forma incessante, o tecido social no âmago das incertezas e das espaço-temporalidades do presente”* (RIBEIRO ET. AL. 2001, p. 36).

É neste sentido que se desdobra a possibilidade de situarmos os processos nas micro-conjunturas, essas que podem revelar *“verdadeiros nichos de criação de formas renovadas de manifestação social.”* (RIBEIRO ET. AL. 2001: 35). Em nossa visão, isso reafirma a importância de manusearmos categorias de mediação, com sensibilidade analítica para compreender este momento e sistematizar informações orientadas por ações de cunho emancipatório, que busquem alternativas ao complexo de crise diagnosticado. Portanto, é a partir das táticas de resistência da/os sujeita/os que se constrói uma proposta de cartografia da ação social, que longe de levar a um *“elogio irresponsável do cotidiano”*

(RIBEIRO ET. AL. 2001: 35), busca investigar a vida imediata em relação com seus contextos, lugares e narrativas.

O político surge aqui enquanto espaço de disputa no âmago da vida social. Ele revela a dialética entre as condições sociais e as subjetivações alternativas que possibilitam a desalienação da vida ela mesma. Por isso, os atos e práticas cotidianas de mulheres e homens comuns se tornam centrais para compreendermos os processos de construção de contra-narrativas à racionalidade dominante, na conformação de certos lugares de enunciação¹¹. É no cotidiano que se revelam as condições sociais vivenciadas pela/os sujeita/os, e é também nele que se toma consciência da alienação vivida. Contudo, prevalece a invisibilidade deste espaço, dos conflitos e sujeita/os e suas táticas de resistência. O que a cartografia da ação social faz é projetar esse mundo “invisível” das práticas cotidianas como espaços onde residem saberes práticos e técnicos, conhecimentos que carregam o potencial de reformulação de projetos utópicos. Outro mapa, na contramão da cartografia dominante, surge assim com o intuito de fortalecer estes que identifica enquanto a/os sujeita/os da resistência e do engendramento de possíveis horizontes emancipatórios. Ele nos permite empreender leituras sobre a cotidiana construção social de territórios de resistência, pela ação do sujeito social múltiplo, mas invisibilizado.

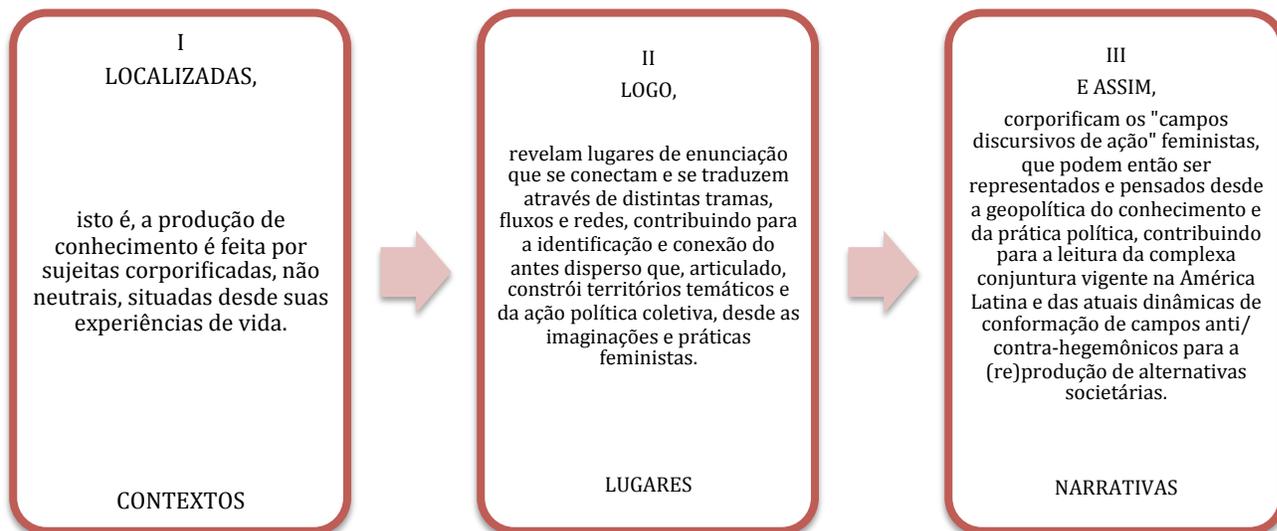
Transcende os objetivos deste artigo discorrer sobre as inúmeras propostas de mapeamento/cartografia social em debate na atualidade. Inspiramo-nos no trabalho de Ana Clara Torres Ribeiro (2000, 2001, 2005) por algumas razões sentidas. Primeiro, por sua defesa de análises contextualizadas, na contramão da naturalização do discurso, assim como de mapas e imagens, enquanto objeto (RIBEIRO ET. AL. 2001: 41). Segundo, por nos permitir enraizar ainda mais um caminhar investigativo sobre estratégias e táticas disruptivas de homens e

¹¹ Práticas que revelam também outras territorialidades, como “das resistências culturais e das lutas políticas que marcam trajetos, criam caminhos, interrompem fluxos desejados pelas classes dominantes e elaboram novas territorialidades. Desta maneira, se antes denunciávamos a produção do território alienado, valorizamos, neste momento, as territorialidades não alienadas, que constituem um dos fundamentos essenciais do ‘nós-eu’” (RIBEIRO 2005: 270).

mulheres comuns, evidenciando racionalidades e ações alternativas que, frente aos processos destrutivos da ação hegemônica, conformam-se também em redes e territórios de ação e resistência. Ana Clara Torres Ribeiro (2000, 2001, 2005) fornece-nos um esquema de leitura situado, que se orienta pelas ações da/os sujeita/os corporificada/os a partir de suas experiências. Mas o faz estimulando-nos à ousadia e criatividade de desenhar nossos próprios métodos e esquemas de leitura!

Partindo de uma analogia livre à leitura de Ribeiro (2000, 2001, 2005) sobre a invisibilidade do cotidiano, questionamos aqui como pensar e contestar o ocultamento e a marginalização das contribuições feministas no âmbito do pensamento social crítico latino-americano. Tais contribuições consistem na produção e reprodução de conhecimentos críticos que podem ser localizados enquanto reflexões construídas por sujeitas corporificadas, não neutrais, situadas desde suas experiências de vida. Ou ainda, de práticas teórico-políticas que conformam lugares e territórios de resistências e podem ser desenhadas desde configurações sistêmicas, gerando novas representações coletivas e contra-narrativas transformadoras. A leitura de tais representações coletivas e contra-narrativas, desde uma perspectiva espaço-temporal, pode contribuir para sua visibilização e também para a afirmação da multiplicidade da/os sujeita/os produtora/es de conhecimento (e entre si) e das experiências histórico-culturais de nossas formações sociais. E, assim, evidenciar nosso papel na disputa dos campos de historicidade (RIBEIRO 2000) e na construção de alternativas ao complexo de crise vivido.

Afirmamos então a importância de elaborar uma proposta de mapeamento que se oriente pela relação entre experiência, corpo e conhecimento, ancorada na materialidade da vida imediata, desde a articulação entre (i) contextos, (ii) lugares e (iii) narrativas. E, a partir dela, entendemos que, na perspectiva da pesquisa militante e feminista latino-americana, os seus debates teóricos, metodológicos e epistemológicos remetem a práticas que podem ser



FONTE: Fluxo elaborado com apoio em Ribeiro (2001, 2005), Miñoso (2010), Bringel e Versiani (s/d), Mendonza, (2010), e Alvarez (2014).

3.1 Mapeando Contextos

Este eixo propõe argumentar que a produção de conhecimento é sempre localizada já que realizada por sujeitas corporificadas, não neutras, situadas desde suas experiências de vida. Ele revela a forma como distintas mulheres pensam e atuam na vida cotidiana, resignificando vivências diferenciadas de opressão. Nesse sentido, a significação das experiências diz muito sobre os processos subjetivos através dos quais ocorrem a tomada de consciência na passagem da vivência, ou condição social, à conformação de ações corporais conscientes e politicamente organizadas. As experiências revelam muito sobre os contextos através dos quais são elas mesmas produzidas, e como se traduzem em formas de pensar e agir sobre o mundo. Estes contextos variam de lugar a lugar, de acordo com a estreita relação entre estrutura e conjuntura, mesmo conformando micro-conjunturas. Portanto, este eixo indica que nossa proposta se ancora na materialidade da vida e

na necessidade da perspectiva histórica e espaço-temporal.

A contextualização a partir das experiências de vida individuais e coletivas nos processos de (re)produção de conhecimento podem propor elaborações sobre os territórios de ação no qual se inscrevem e pelos quais transitam, assim como sobre seus horizontes/ontologias de transformação. As experiências se inscrevem também no corpo, que carrega ele mesmo saberes práticos, técnicos, emoções, produzindo outras formas de entender o mundo e revalorizar saberes que não necessariamente passam pelo registro da razão e do discurso científico (MAFFIA 2005). Porém, esses permanecem silenciados enquanto processos de saber e conhecer, pois perpassam outros processos cognitivos enquanto conhecimento social crítico engendrado. Neste sentido, caminhos que revelem tais saberes práticos são desafios a serem transpassados.

Questões interessantes que podem ser investigadas neste eixo são as trajetórias de vida que informam as produções mapeadas, dimensões de militância individuais e coletivas, o que/quem articula agendas prioritárias, quais os conflitos mobilizadores, entre outras.

3.2 Mapeando Lugares

Sustentamos que uma segunda dimensão evidenciada pelo mapeamento das contribuições do pensamento feminista latino-americano nos revela lugares de enunciação. Como apontam Miñoso, Correal e Muñoz (2014: 17), cada uma de nós que fazemos parte do campo feminista provém de distintos lugares de enunciação, lugares esses que se marcam dentro do *“campo feminista que cuestiona los arreglos hegemónicos de la región, incluidos los que se expresan en el movimiento feminista”*. Entendemos esses lugares, inicialmente, como os espaços físicos que habitamos, de onde escrevemos, e onde nos estabelecemos. Isso porque *“os lugares desde donde hoy hablamos resultan igual de relevantes a los lugares de procedencia, yendo de uno al otro se puede establecer una trayectoria de vida, un*

recorrido que marca nuestras opciones políticas e intereses epistemológicos” (MIÑOSO, CORREAL E MUÑOZ 2014: 19). Daí porque esses lugares devem ser também compreendidos como o amálgama tanto das distintas experiências de opressão experimentadas como dos privilégios que marcam nossas posições em diferentes contextos. Essa dupla matriz de opressão e privilégio é que faz com que os lugares de enunciação sejam diferenciados e, muitas vezes, hierarquizados – lugares de pouca e de muita escuta e visibilidade –, *“porque no es lo mismo estar produciendo dentro de la academia que desde el movimiento, ni es lo mismo estar en la academia del norte que en la del sur”* (MIÑOSO, CORREAL E MUÑOZ 2014: 19). Nossa análise pretende avançar, contudo, propondo que o reconhecimento de lugares de enunciação diferenciados e hierarquizados não é empecilho à articulação, cumplicidade e aliança. Ao contrário, *“es perentorio en el presente pensar las coaliciones desde la heterogeneidad”* (MIÑOSO, CORREAL E MUÑOZ 2014: 36).

Reconhecendo que essas não são tarefas fáceis ou simples, mas fruto de um longo e complexo processo que envolve escuta ativa, diálogo, reconhecimento mútuo e implicação subjetiva,¹² entendemos que a tradução (COSTA, ALVAREZ 2009; 2013) é uma importante ferramenta, através da qual esses diferentes e múltiplos lugares de enunciação, se conectam em tramas, fluxos e redes (ALVAREZ 2014). São as práticas diferenciadas ao agir hegemônico que nos revelam os lugares, contribuindo para a identificação e conexão do antes disperso que, articulado, constrói territórios temáticos e da ação política coletiva, desde as imaginações feministas. As práticas apontam o processo em que se engajam as feministas acadêmicas, no contexto latino-americano, de traduzir em corpos teóricos as situações concretas em que estão imersas, os diferentes lugares de enunciação que ocupam, revelando assim, pontos nodais e discursos definidores do campo.

¹² Miñoso, Correal e Muñoz (2014: 37) sugerem que *“desde esa escucha activa, para el diálogo y la construcción colectiva, podremos generar las articulaciones y coaliciones necesarias que rompan con la manera como la propia dominación nos ha construido.”*

A tradução, em que pese sua importância nos debates feministas contemporâneos, permanece muitas vezes não tematizada. Mas ainda assim ela é uma atividade consciente através da qual nos inserimos nas distintas visões de mundo, buscando entendimentos. E enquanto tal, ela implica uma abertura à auto-reflexão e ao auto-deslocamento (um deslocar-se e um realocar-se) para produção da síntese de que falávamos anteriormente. A tradução é portanto, um exercício de entendimento, interpretação e aproximação de realidades que, a princípio, pareciam distantes e desconectadas. Como colocam Costa e Alvarez,

se a tradução é um processo onde o eu se abre para o outro, podemos dizer que sempre implica um deslocamento do eu. Ou seja, na tradução há uma obrigação moral de nos deslocarmos de nós mesmas para ficarmos, mesmo que seja por pouco tempo, sem lar, de forma que o/a outro/a possa residir, embora provisoriamente, nesse nosso espaço. Traduzir significa ir e vir, ser um/a “viajante do mundo”, viver no interstício, estar perenemente des-locado/a. (Costa, Alvarez 2013: 579).

No entanto, como bem ressalta Mendonza (2010), estes fluxos e deslocamentos não devem fazer com que percamos de vista a materialidade e territorialidade envolvidas. Afinal, desse trabalho concreto surge a possibilidade de se conectarem territórios temáticos e de resistências antes dispersos, que se fazem agora, articulados, o horizonte da ação política coletiva.¹³

Questões interessantes que podem ser investigadas neste eixo são lugares físicos/políticos de origem/fala, interlocutoras/es, o que/quem constrói as temáticas, encontros/produções coletivas, fronteiras identificadas, valores compartilhados, entre outras.

3.3 Mapeando Contra-narrativas

¹³ É importante não perder de vista aqui que essas traduções não se dão no vácuo. Ao contrário, elas estão inseridas em uma dinâmica e desigual economia da produção e circulação do saber.

Finalmente, este esforço nos leva a uma compreensão articulada que possa contribuir para o fortalecimento das produções feministas acadêmicas e suas conexões com outros campos, potencializando a construção de contra-narrativas sobre nossa memória e história, assim como os destinos possíveis para a América Latina. As contra-narrativas podem expressar outras representações coletivas existentes sobre a região e os projetos para sua apropriação.

Importa-nos aqui compreender as ideias, interpretações e perspectivas feministas sobre a realidade multifacetada, desde uma dimensão da disputa por espaço físico e político, como manifestação das experiências e sentidos articulados. Isto é, não enquanto cenários estáticos, nem supondo o contexto como dado, mas como expressão da própria conformação de campos políticos e ideológicos (BRINGEL, ECHART 2008: 459), que se conectam assim a porções de campos discursivos de ação, articulados a outros campos críticos na produção de outras hegemonias. Ana Clara Torres Ribeiro (2000) aponta as enormes dificuldades enfrentadas na disputa dos campos de historicidade, especialmente no que diz respeito à constituição das atrizes e atores sociais. A ação hegemônica invadiu distintos espaços, como o acadêmico, impondo uma sistematicidade que ignora a experiência social, seus contextos, ideários e memórias. Isto nos leva a afirmar, com ainda mais veemência, a necessidade de análises que articulem as dimensões imateriais e materiais da vida social (RIBEIRO 2000: 20), reorientando nossos olhares para as resistências a tais processos de transformação, considerando, especialmente, as espaço-temporalidades enraizadas no cotidiano (RIBEIRO 2000, RIBEIRO ET. AL. 2001).

A produção feminista provoca o pensamento social a se forjar em um escopo de maior complexidade, na medida em que se ancora em um conjunto diverso de experiências, relacionadas aos distintos sistemas de opressão vigentes, assim como a alternativas passíveis de serem construídas para sua superação. A complexidade se torna, assim, um elemento chave das contra-narrativas feministas, enquanto a fragmentação se apresenta como um risco.

Neste eixo, podemos investigar como são construídas as narrativas, qual o papel das mulheres e do gênero enquanto sujeitos e categorias de análise, que outras categorias e dimensões da realidade são operadas e relacionadas para a crítica e proposição de paradoxos transformadores.

Considerações finais

Reconhecendo o caráter preliminar, criativo e exploratório desse nosso trabalho, oferecemos alguns argumentos conclusivos como objeto de reflexão. Primeiro, entendemos que o pensamento feminista latino-americano é parte constitutiva do campo feminista regional, mas antes de tudo, por partir de uma ancoragem na vivência das sujeitas concretas, por rejeitar explicitamente a dissociação entre teoria e prática, por reivindicar um pé no chão da militância cotidiana e dos movimentos em luta, ele expressa, em grande medida, a própria constituição do campo. Ou seja, na porção do campo feminista para o qual olhamos – as intervenções na academia e, mais precisamente, as contribuições para o pensamento social crítico – encontram-se narrativas e contra-narrativas construídas a partir das práticas, outras hegemonias ou contra-hegemonias que estão sendo forjadas. E isso o torna um locus importante para a compreensão de como as ideias têm materialidade e a ela se conectam.

Segundo, o pensamento feminista latino-americano, embora marginalizado, é uma parte fundamental do pensamento crítico latino-americano e, portanto, precisa ser visibilizado. Isso porque ele nos desafia a fazer uma análise da realidade multifacetada do capitalismo patriarcal, racista, heteronormativo, e colonial. Trata-se, assim, de corpos descentrados de pensamentos altamente complexos, significando isso sua capacidade de lidar com a diversidade de sujeitos, demandas, agendas e experiências, em sua totalidade, num contexto cada vez mais opressor de avanços do capitalismo neoliberal.

O mapeamento, enquanto método de apreensão de discursos, ideias e intervenções na realidade, e porque nos oferece uma visão espacial, nos permite avançar no entendimento e conexão do existente, evidenciando a multiplicidade de sujeitos e vozes críticas que conformam verdadeiros territórios de resistências práticas teórico-políticas feministas latino-americanas. Ao sugerirmos três dimensões para tal mapeamento, tornamos visíveis as contribuições feministas para o avanço e aprofundamento do pensamento crítico na região, desde uma perspectiva espaço-temporal, ancorada na materialidade da vida cotidiana. Entendemos que essas contribuições remetem a práticas que podem ser (i) localizadas, (ii) revelando lugares de enunciação que se conectam através de distintas tramas, fluxos, redes contribuindo e constroem territórios temáticos e de ação política coletiva; assim (iii) corporificando os campos discursivos de ação feministas. E que, neste sentido, contribuem para a leitura da complexa conjuntura vigente na América Latina e das atuais dinâmicas de conformação de campos anti/contra-hegemônicos para a (re)produção de alternativas societárias.

Finalmente, esse exercício é nossa primeira tentativa de formulação de um modelo teórico-epistemológico de pesquisa militante de uma porção do campo feminista e, enquanto tal, é parcial e demanda aprofundamento. Analisar, por exemplos, os grupos, as redes, as realidades concretas que as teóricas feministas estão envolvidas é um passo fundamental para avançar nessa proposta de mapeamento.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. *Cadernos Pagu* v. 43, 2014, pp. 13-56.

ALVAREZ, Sonia E. "Feminismos Latinoamericanos". *Revista Estudos Feministas*, v. 6 n. 2, 1998a, pp. 265-285.

_____. "Advocating feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom'". *International Feminist Journal of Politics*, v. 1, n. 2, 1998b, pp.181-209.

_____. "Beyond NGO-ization?: Reflections from Latin America". *Development*, v. 52, n. 2, 2009, pp.175-184.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. "Teoria Crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas". In: *Movimentos Sociais na Global*. BRINGEL, Breno & GOHN, Maria da Glória (Orgs.). Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012, pp. 57-75.

BRINGEL, Breno; VERSIANI, Renata. "Pesquisa militante e produção de conhecimento: o enquadramento de uma perspectiva", s/d,. Texto de discussão disponível em: <https://universidademovimentosociais.wordpress.com/artigos/>. Acesso em: 01 dezembro 2015.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. *Movimentos sociais e democracia: os dois lados da "fronteira"*. Caderno CHR v. 21, n. 54, 2008, pp. 457-475.

CAROSIO, Alba. "Feminismo Latinoamericano: imperativo ético para la emancipación". In: *Género y globalización*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009, pp. 229-252.

_____. "Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe". In: *Feminismo y Cambio Social en América Latina y el Caribe*. CAROSIO, Alba (Coord.). 1a ed. Buenos Aires: CLACSO, 2012, pp. 9-18

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. "A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução". *Revista Estudos Feministas*, vol. 21, n.2, 2013, pp. 579-586.

_____. "Translocalidades: Por uma Política Feminista da Tradução". *Revista Estudos Feministas*, vol.17, n.3, 2009, pp. 739-742.

FALERO, Alfredo. "Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade: algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina". In: *Para Além do Novo: O Estudo dos Movimentos Sociais na Global*. BRINGEL, Breno & GOHN, Maria da Glória (Orgs.). Petrópolis/RJ: Editora Vozes, Livro no prelo, 2012.

FEMENÍAS, María Luisa. "Esbozo de un feminismo latinoamericano". *Revista Estudos Feministas*, vol. 15, n. 1, 2007, pp. 11-25.

FRASER, Nancy. "Feminism, capitalism, and the cunning of history". *New Left Review*, vol. 56, 2009, pp. 97-117.

_____. "A Triple Movement? Parsing the Politics of Crisis after Polanyi". *New Left Review*, vol. 81, 2013, pp. 119-132.

_____. "Behind Marx's Hidden Abode: For an expanded conception of capitalism". *New Left Review*, vol. 86, 2014, pp. 1-17.

GARGALLO, Francesca. "Feminismo latinoamericano". *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, vol. 12, n. 28, 2007, pp. 17-34.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

JAUETTE, Jane S. (Ed). The Women's Movement in Latin America: Participation and Democracy. Boulder: Westview Press, 1994.

LEFEBVRE, Henri; LEVICH, Christine. "The everyday and everydayness". Yale French Studies, v. 73, 1987, pp. 7-11.

MAFFIA, Diana. "Epistemología feminista: por otra inclusión de lo femenino en la ciencia". In: Ciencia, Tecnología y Género en Iberoamérica. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, 2005, pp. 623-633.

MENDONZA, Brenny. "La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano". In: Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano. Buenos Aires: En la Frontera, 2010, pp. 19-36.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. "Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica". El Cotidiano, v. 184, 2004, pp. 7-12.

_____ (Coord.) "Prólogo". In: Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano. Buenos Aires: En la Frontera, 2010, pp. 5-12.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (Ed.). "Introducción". In: Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, pp. 13-40.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Outros territórios, outros mapas". En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf> Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

_____. "A natureza do poder: técnica e ação social". RIBEIRO, A. C. T. The nature of power: technique and social action, Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v. 4, n. 7, 2000, pp. 13-24.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. "Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método". Cadernos IPPUR, Ano XV, n. 2, 2001, pp. 33-52.

SPRONK, Susan. "Pink tide? Neoliberalism and its alternatives in Latin America". Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, v. 33, n. 65, 2008, pp. 173-186

VALDIVIESO, Magdalena. "Aportes e incidencias de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en America Latina". In: Feminismo y Cambio Social en América Latina y el Caribe. CAROSIO, Alba (Coord.). 1a ed. Buenos Aires: CLACSO, 2012, pp. 19-42.

VARGAS, Virginia. "Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio (Una lectura político personal)". In: Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cultura/vargas.doc>. Acesso em: 18 fev. 2016.